



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V

PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESTRATÉGICA E NEGÓCIOS

EDMILSON DE JESUS CRUZ

ORIENTADOR: FELIPE RODRIGUES BOMFIM

EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA

2014

Resumo :

O presente artigo trata da importância da **educação financeira aplicada às finanças pessoais**, contextualizando sua evolução histórica no Brasil e sua atual relevância como instrumento de empoderamento social e autonomia econômica. A pesquisa parte do diagnóstico de um analfabetismo financeiro persistente entre a população, propondo-se a investigar a percepção de gestores de empresas privadas sobre a temática. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, destacando conceitos como alfabetização financeira, planejamento financeiro e finanças pessoais, além das recomendações da OCDE para a boa prática da educação financeira. A análise evidencia a necessidade urgente de implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à formação de cidadãos financeiramente conscientes, com destaque para a inclusão da educação financeira no ambiente escolar. Conclui-se que, embora o Brasil tenha avançado em estabilidade econômica desde os anos 1990, ainda carece de estratégias consistentes de formação financeira da população, o que justifica a ampliação de estudos e projetos na área.

Palavras-chave: educação financeira; finanças pessoais; alfabetização financeira; planejamento financeiro; OCDE; consumo consciente; gestão financeira.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS

¹ Edmilson Cruz

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização financeira está cada vez mais sendo reconhecida como uma habilidade essencial para os indivíduos que estão inseridos em um cenário financeiro cada dia mais complexo. Apesar de sua importância, vários estudos ao redor do mundo apontam que grande parte da população mundial ainda sofre de analfabetismo financeiro e que medidas para sanar tal problema são urgentes (ANDRADE, 2011). Sabe-se que um dos principais fatores geradores do descontrole na gestão das finanças pessoais é a falta de conhecimento relacionado ao tema, “Em uma economia onde o conhecimento é o principal recurso competitivo, a tarefa gerencial mais importante é inventar formas mais eficazes de aplicar esse conhecimento à realidade das organizações” (Peter Drucker).

Para a adoção de estratégias adequadas e efetivas para o desenvolvimento da alfabetização financeira, é indispensável que exista inicialmente, um modelo que seja capaz de identificar e mensurar qual o nível de alfabetização financeira dos indivíduos e quais são os focos prioritários de ação.

Trazendo uma breve contextualização de cenários econômicos, percebe-se que o período brasileiro a partir do ano de 1980 foi denominado por muitos economistas como a 'década perdida'. Este conceito surgiu em função da retração das economias internacionais, que por sua vez contribuíram para a desaceleração do crescimento econômico do Brasil. O estado inflacionário crônico constituiu uma das principais razões e efeitos sociais mais característicos para a qualificação da “década perdida”. Segundo informações do Senado Brasileiro obtidas em 2013, no decorrer do século XX, principalmente entre os anos de 1985 a 1994, foram registrados altos índices inflacionários de até 764% ao ano, e isso ocorreu sem que a população brasileira

adquirisse o hábito de planejar suas despesas e investimentos, este momento conturbado da economia, dificultava de forma substancial a previsibilidade e o planejamento financeiro.

A partir da segunda metade da década de 1990, a soma de alguns fatores, como o controle inflacionário, a estabilidade da moeda e o crescimento econômico passaram a ser determinantes para o crescimento do consumo interno. A população que antes não possuía condições financeiras para adquirir seus bens de consumo, passou a ter como forte aliado uma maior oferta de crédito, dando acesso à financiamentos e crediários. (ANDRADE , 2011).

Segundo Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), as instituições bancárias passaram a ser os grandes 'promovedores de sonhos', embora isto representasse um custo que alcançava até 150% de juros ao ano. Ao lado dessas transformações, um novo termo foi descortinado por Domingos (2008) e utilizado para definir as pessoas que não obtinham educação financeira, os 'analfabetos financeiros'. Uma inferência oportuna a este respeito destaca que apenas conhecimentos matemáticos e conhecimento de planilhas eletrônicas não são suficientes para determinar um conhecimento financeiro. A partir do ano de 1993, o Brasil lança um novo plano econômico como tentativa para abolir a inflação, o Plano Real no ano de 1994.

Diante do contexto apresentado e para melhor explicitar a percepção de autores sobre o tema proposto, buscou-se com esta pesquisa, responder ao seguinte questionamento: qual a importância, os objetivos, os métodos, as ações propostas, os resultados e as dificuldades de um projeto de Educação Financeira aplicada às finanças pessoais?

Analisar a importância, os objetivos, os métodos, as ações propostas, os resultados e as dificuldades de um projeto de Educação financeira direcionado às finanças pessoais.

Condicionando como objetivos específicos , 1. Caracterizar a Educação Financeira quanto aos seus fins, princípios orientadores e métodos adotados; 2. Identificar o conceito e a importância da educação financeira para as finanças pessoais. 3. Identificar os métodos e ações empreendidos pelo Programa de Educação Financeira objeto da pesquisa; 4. Identificar as dificuldades encontradas para a realização de projetos de educação financeira segundo as informações encontradas sobre finanças pessoais.

No que tange a sua relevância, o estudo se justifica, em termos teóricos, por ampliar a compreensão sobre o tema. Para área acadêmica, possui importância pela escassez de pesquisas que contemplem a percepção de gestores de educação financeira de empresas privadas sobre a importância da educação financeira. A pesquisa se justifica, ainda, por propiciar subsídios à problemática em questão, e permitir o delineamento de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, linhas de pesquisa, assim como novos desenhos de programas que propiciem elementos para subsidiar a atuação dos docentes de disciplinas ligadas ao tema.

Analisando os sites de produção científica da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UNB), Universidade de São Paulo (USP), Google acadêmico e periódicos especializados, como Revista de Administração Pública (RAP), o livro fundo de pensão e mercado de capitais, além do site da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da produção científica sobre educação financeira, verificou-se a existência de raros materiais na área de tecnólogos como conclusão de cursos, e a inexistência de trabalhos que aprofundem o tema proposto. Reconhecendo sua importância, decidiu-se investir em pesquisá-lo, visando a descortinar a percepção de gestores de educação financeira de empresas privadas sobre o assunto.

Nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, inseriram a disciplina educação financeira nas grades curriculares de escolas secundárias, e o Reino Unido tem a disciplina ofertada em caráter facultativo nas escolas, mas a oferece via mercado pelos vários setores econômicos, como por exemplo, através das Instituições Financeiras.

No Brasil, o tema ainda não ganhou as mesmas proporções. Há por parte de algumas instituições públicas e privadas, ou por iniciativas independentes que contribuem para a informação do consumidor, mas ainda está aquém da transferência de conhecimentos financeiros necessários a decisões de mercado e de negócios pela população.

Um dos possíveis motivos pelo atraso da preocupação com educação financeira está atrelado ao passado cultural e histórico do país, quando as variações monetárias e as altas taxas de inflação, durante muito tempo, foram características marcantes da economia. Neste ambiente econômico, o indivíduo é levado às decisões de curto prazo e à falta de planejamento (BARROS, 2008).

Tem-se que a abertura econômica, a partir de 1990, e a estabilização da moeda em 1994, contribuíram para redução da inflação, fazendo com que os indivíduos e a sociedade tivessem uma nova visão sobre a gestão financeira e também, proporcionou um processo de mudança cultural e um novo aprendizado. O resultado foi o aumento do poder aquisitivo, do crédito e o alongamento dos prazos de financiamentos, além do aumento do consumo, poupança e investimento (CERBASI, 2015).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação financeira: conceitos e instrumentos de mensuração

Os mercados financeiros estão cada vez mais complexos e, ao mesmo tempo, mais acessíveis a um número cada vez maior de pessoas. Neste sentido, a capacidade dos indivíduos para aperfeiçoarem as formas como administram suas finanças, se torna essencial. Nesta conjuntura, a educação financeira se tornou um tema em ascendência nas pesquisas nacionais e internacionais, uma vez que vem sendo reconhecida como um importante pré-requisito necessário para a prevenção contra as adversidades financeiras ao atuar como uma ferramenta de capacitação intelectual para a tomada de decisões mais responsáveis (ANDRADE , 2011).

Assim, a educação financeira, também conhecida como conhecimento financeiro, é um complemento essencial para a proteção e a inclusão financeira dos consumidores. Dessa forma, devem existir esforços para o seu aprimoramento a fim de apoiar o crescimento econômico em qualquer economia mundial. De forma similar, pode ser vista como um “remédio de informações” para uma combinação de políticas que inclui: oferecer mais opções aos indivíduos, proporcionar melhores informações e fornecer incentivos para que os consumidores mudam seus comportamentos (ASSADOURIAN,2010).

Além disso, a educação financeira pode ser definida como um tipo particular de capital humano que se adquire ao longo do ciclo de vida, por meio da aprendizagem de assuntos que afetam a capacidade para gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz , que a educação financeira pode ser entendida como a capacidade de um indivíduo compreender as informações financeiras vinculadas às transações operacionais (ANDRADE , 2011).

Com base neste entendimento, vários países se comprometeram e estão realizando inquéritos nacionais de alfabetização e educação financeira em toda a sua

população adulta. Existem alguns esforços na busca por dados sobre os níveis de alfabetização financeira entre os jovens com idade inferior a 18 anos e não existiam, até pouco tempo, pesquisas em âmbito internacional com dados para serem comparados entre países. Essa era uma omissão grave, segundo a visão da OECD (2015), uma vez que os jovens, em breve, serão adultos que tomarão decisões financeiras ainda mais críticas e cada vez mais complexas. Assim, a disponibilidade de dados sobre a capacidade dos jovens para enfrentar esses desafios é essencial, a fim de aumentar o conhecimento sobre em quais pontos estão preparados e quais necessitam ser aprimorados. (ASSADOURIAN,2010).

(...) a OECD incluiu, de forma opcional, aos países, uma avaliação da alfabetização financeira junto a um estudo mundial, criado em 1997, denominado de Programme for International Student Assessment (PISA), traduzido para o português como Programa Internacional de Avaliação de Alunos, essa avaliação propõe-se a medir o quão bem os alunos, aos 15 anos, perto do final de sua escolaridade obrigatória, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a plena participação nas sociedades modernas, centrando-se nas disciplinas básicas de ciência, leitura e matemática e, desde o levantamento de 2012, a opção de avaliar também sua alfabetização financeira, esse programa vem sendo realizado desde o ano 2000 sendo que, no primeiro ciclo, 43 países participaram (32 em 2000 e 11 em 2002) e a mais recente pesquisa do PISA, realizada em 2015, avaliou cerca de 540 mil alunos em 72 países, incluindo o Brasil (OECD, 2018).

Além disso, outra iniciativa que se destaca foi o lançamento, em 2015, do Portal da Base Nacional Comum Curricular, com o intuito de apresentar ao público o andamento da BNCC, o resultado de ações para reformulação do currículo de Educação Básica por parte de todos os estados, para o Distrito Federal, para os municípios e para a formulação de Projetos Pedagógicos das escolas (BARROS, 2008).

2.2 Planejamento Financeiro

O planejamento pode ser entendido como um processo que considera os aspectos destacados pelas dimensões anteriormente demonstradas, no sentido de

alcançar uma situação desejada de maneira mais eficiente e efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos pela organização (BARROS, 2008).

Um planejamento, normalmente, é realizado, quando se acredita que o futuro pode ser melhorado por uma ação ativa no presente. Por financeiro, entende-se aquilo que é relativo à finanças, à circulação e gestão do dinheiro. Juntando esses dois conceitos, se obtém o significado de planejamento financeiro, que no caso, podemos entender como um processo que considera os aspectos financeiros passados, com a finalidade de alcançar uma situação financeira desejada no futuro de maneira mais eficiente e efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos (ASSADOURIAN,2010).

O seu objetivo é o de evitar surpresas inesperadas e desenvolver planos alternativos, através de uma previsão de diferentes caminhos. Segundo Frankenberg “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.” (BUGARIN, 2013).

O planejamento financeiro determina o método pelo qual as metas financeiras devem ser alcançadas. Esse planejamento é de fundamental importância para todos os agentes financeiros, pois ele auxilia na tomada de decisão, contribuindo assim para que os mesmos tomem decisões mais assertivas, alcancem seus objetivos e possam estar mais preparados para que não sejam surpreendidos por algo inesperado. (BITENCOUR, 2014)

2.3 Educação Financeira

As relações que os indivíduos têm com os recursos financeiros, bem como o uso que se faz deste, com o objetivo de criar, acumular, investir e proteger as riquezas materiais que são necessárias à vida, são denominadas de finanças pessoais. Para que um indivíduo tenha um bom gerenciamento das suas finanças pessoais, é fundamental que ele tenha uma boa educação financeira, que é entendida como um processo de transmissão de conhecimento, que possibilita ao indivíduo desenvolver habilidades que o auxiliem para tomada de decisões mais fundamentadas e seguras. (ASSADOURIAN,2010).

A educação financeira pode ser útil em todas as fases da vida. Para as crianças, ela pode auxiliar na compreensão do valor do dinheiro e ensiná-las a gerir orçamentos e a poupar. Para os estudantes e jovens, pode proporcionar-lhes as competências importantes que lhes permitam viver de forma independente. Para os

adultos, permite que planejem grandes acontecimentos para sua vida, como a compra da casa própria, o sustento da família, o financiamento dos estudos dos filhos e a preparação para a aposentadoria (GITMAN, 2011).

Com relação ao estímulo do ministério da educação e cultura (MEC) para com a inserção da educação financeira nas instituições de ensino, observa-se que atualmente, no Brasil, não há obrigatoriedade da educação financeira nessas instituições. As determinações do MEC para com as instituições de ensino não demonstram preocupação explícita do mesmo para com a inserção de educação financeira no ramo (BAUES, 2011)

A Educação Financeira é definida como o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro (BUGARIN,2014).

Reconhecendo a necessidade de implementar a educação financeira e a poupança previdenciária, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, em 2003, o Financial Education Project para estudar o tema da educação financeira e propor programas aos seus países-membros (CERBASI,2018).

Entretanto, esses programas enfrentam alguns obstáculos para o alcance dos resultados esperados, seja por falta de orçamento para a sua implantação ou pela reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da educação financeira (ANDRADE , 2011).

Estudos realizados por Fox, Bartholomae e Lee (2005) confirmam que o baixo nível de conhecimentos financeiros influencia na formação de vieses potenciais de comportamento por parte dos investidores incultos.

Esse fato já havia sido constatado por Bernheim (1998), que concluiu que a deficiência nas escolhas, em termos de aposentadoria, pela maior parte dos norte-americanos, é reflexo das lacunas de formação para o gerenciamento de suas finanças (BITENCOUR,2014).

As vertentes pessoal e profissional de enquadramento do conhecimento financeiro e afirma que a temática das finanças profissionais direciona o conhecimento financeiro para mecanismos de governança corporativa das empresas, bem como para a compreensão dos fluxos de caixa e dos relatórios financeiros. Já no

âmbito pessoal, esse conhecimento está relacionado à gestão dos recursos das famílias, como orçamento, poupança, investimentos e seguros (BAUES,2011).

Os indivíduos apresentam dificuldades na elaboração de seu planejamento financeiro, o que resulta em problemas no processo de acumulação de riquezas para a fase da aposentadoria. Esse resultado demonstra que há uma demanda que pode ser suprimida por iniciativas privadas, governamentais e não governamentais, por meio de programas que tratem do tema Educação Financeira (FRANKENBERG,2011).

2.4 OCDE : recomendações para a boa prática da Educação Financeira

A OCDE (2005) incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre a educação financeira nos países que a compõem, mas a incentiva também em outros países. Para que este tipo de programa aconteça, este organismo definiu alguns princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira. Estes princípios foram agrupados por Frankenberg,2011, em seguida descritos:

- A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares. *f*
- Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- *f* O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor. *f*
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo

informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.

- Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses. *f*
- O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- *f* O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública. *f*
- A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes. *f* As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações. *f*

- Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros. *f*
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

2.5 Alfabetização financeira

Na sociedade atual, o dinheiro é igualado a uma melhor qualidade de vida e segurança. Visto que, quem não possui o mínimo de conhecimento sobre uma correta administração desse instrumento, passará por diversas dificuldades em sua vida.

Alerta para a importância da alfabetização financeira. Que, além de aprender e entender as letras, é essencial que se entenda também os números, um dos pontos importantes na educação financeira é entender a contabilidade. Nesse sentido, saber distinguir um ativo de um passivo e saber que os ricos adquirem ativos e os pobres e a classe média, passivos. E define: “Um ativo é algo que põe dinheiro no bolso e um passivo é algo que tira dinheiro do bolso.”(GIARETA,2011).

Sobre a influência das emoções para as decisões financeiras: Segundo Frankenberg (1999), a primeira delas é aprendida com os acontecimentos da vida, através dos conhecimentos adquiridos e das experiências. Ele cita que somos dependentes de fatores fisiológicos, que pode ser alterado ou influenciado, dependendo das escolhas feitas, e os fatores psicológicos. Esse último é mais complexo, mostra que a relação que os pais possuem com o dinheiro, tem grande influência nas escolhas dos filhos. Se os pais relacionam com o dinheiro sem controle, não podem cobrar que seus filhos sejam diferentes.

2.6 Finanças Pessoais

Santos, as finanças pessoais é a chave para o sucesso financeiro, é muito importante e mal utilizadas em nossas vidas. Ele acredita que deveria ser ensinado pelos nossos pais desde o momento em que tomamos os primeiros contatos com o mundo financeiro, assim como deveria ter matérias específicas que disciplinassem o assunto desde o primeiro ano de escola até o último ano de faculdade e em todos os cursos, pois qualquer profissional, qualquer pai de família necessita de noções básicas sobre finanças pessoais, pois do contrário sua vida inteira pode ruir .” (GIARETA,2011).

A administração das finanças pessoais é um assunto que deveria começar a ser discutido nas escolas brasileiras. Embora a educação financeira seja um processo trabalhoso, contínuo e complexo, é fundamental para que o ser humano entenda o mundo em que vive e os riscos do sistema financeiro (Rocha, 2008). Nesse sentido é aceitável concluir que quando o indivíduo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades. E isso ajuda não só nos estudos, mas também nos aspectos familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a influência que o exemplo dos pais exerce sobre as crianças, que estes foram criados em um período onde não se falava em educação financeira, sendo que o assunto é relativamente novo no Brasil, despertou-se o interesse em pesquisá-lo, para conhecer sua amplitude, importância e impacto. Para investigação do assunto, formulou-se a seguinte hipótese:

“A educação financeira, na fase de desenvolvimento, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, proporcionando à criança maiores chances de se tornar um adulto consciente no que tange às suas finanças e aliada a educação de qualidade formaríamos melhores cidadãos. Utilizando-se de pesquisas bibliográficas e sites contendo artigos escritos por especialistas, foi possível compreender o processo de educação financeira e seus valiosos ensinamentos em relação ao dinheiro como uma ativo que se bem gerido, pode gerar renda, revertida em segurança e conforto para quem consegue ter a disciplina necessária à implementação de uma boa condução das finanças pessoais.

REFERENCIAL

ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R.; VALLE, R. C. Teoria de resposta ao item: conceitos e aplicações. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 2011.

ASSADOURIAN, E. Estado do mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Salvador: Uma. 2010.

BARROS, D; COSTA, A. Consumo consciente no Brasil: um olhar introdutório sobre práticas de resistência ao consumo por meio da análise do discurso do instituto Akatu pelo consumo consciente. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), 32. Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro de 2008.

BAUES, Caroline Stumpf. Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular. 2011. 260 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BITENCOURT, C. Finanças pessoais versus Finanças empresariais. 2005. 85 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira. ENEF. Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010.

BUGARIN, Rodolfo. O Nível de Educação Financeira traz um comportamento e resultados diferentes. 2013. 56 p. Dissertação (Mestrado profissional em Economia) – Insper, Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2013.

CERBASI, Gustavo P. Dinheiro – Os segredos de quem têm: como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Gente, 2015.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

FRANKENBERG, Louis. Seu futuro financeiro. 12ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIARETA, Marisa. Planejamento financeiro pessoal. Porto Alegre. 2013

GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. São Paulo: Hbra, 2017.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira – Essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MILANEZ, Daniel Yabe. Finanças Comportamentais no Brasil. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA – USP), Dissertação de Mestrado. 2014.

OLIVEIRA, D de P. R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias, prática. 10. ed São Paulo: Atlas, 2016. 294p.

PINHEIRO, R. P. Educação Financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., JORDAN, Bradford D., Princípios de administração financeira; tradução Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1998. ROSS, S. A., WESTERFIELD, R. W., JAFFE, J. F. Administração Financeira: Corporate Finance. 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2002

SANTOS, Izequias Estevam. Manual de Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica. 8ª ed. Niterói: Imetus, 2011. 381 p.

SAVIOLA, José Roberto ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rev. Adm. Pública vol. 41 no. 6. Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007..